

Sabrina Nasser

de Carvalho

Direito de

Defesa nos

Conflitos

Fundiários

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Sabrina Nasser de Carvalho

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C331d

Carvalho, Sabrina Nasser de.

Direito de defesa nos conflitos fundiários / Sabrina Nasser de Carvalho.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
444 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 383-426

ISBN 978-85-519-1298-0

1152205

1. Processo civil - Brasil. 2. Processo coletivo. 3. Conflito fundiário.
4. Direito de defesa. 5. Reintegração de posse. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução e Metodologia	1
Capítulo 1 – Breves Apontamentos sobre o Retrato dos Conflitos Fundiários no Brasil	9
1.1 Conflitos fundiários no Brasil: uma breve abordagem sobre os aspectos sociológicos	9
1.2 Múltiplas Faces dos Conflitos Fundiários: breve exame dos aspectos jurídicos	18
1.3 Conflitos fundiários na agenda institucional dos Três Poderes	28
Capítulo 2 – Acesso à Justiça: Reflexões sobre o Acesso à Terra na Perspectiva do Direito de Defesa	33
2.1 Acesso à Justiça e sua interface com o acesso à terra.....	33
2.2 Acesso à justiça na perspectiva do direito de defesa	45
Capítulo 3 – Obstáculos Socioeconômicos ao Direito de Defesa nos Conflitos Fundiários	53
3.1 Obstáculos socioeconômicos ao acesso à justiça: linhas gerais.....	53
3.2 Reflexos dos obstáculos ao direito de defesa nos conflitos fundiários	64
Capítulo 4 – Conflitos Fundiários e Tutela Possessória	79
4.1 Processo, ideologia e procedimentos especiais.....	79
4.2 Direito e Processo: a participação do instrumento na construção da norma jurídica individualizada	91
4.3 Procedimento Especial Possessório: análise crítica	99
4.3.1. O Desafio Conceitual da Posse	99
4.3.2. Perspectiva crítica sobre o Procedimento Especial Possessório.....	109
4.3.2.1. Procedimento Especial das Ações Possessórias: tradição procedimental e reminiscências históricas	109

4.3.2.2 Reflexões sobre as normas que regem o litígio coletivo de posse no Código de Processo Civil atual.....	124
4.3.2.3 A Ideologia Processual por trás dos Conflitos Possessórios Coletivos	142
Capítulo 5 – Conflitos Plurissubjetivos e os Obstáculos Processuais ao Direito de Defesa nos Conflitos Fundiários	155
5.1 Réus desconhecidos e a desnecessidade legal de qualificá-los (art. 319, parágrafo 3o, CPC): apontamentos e considerações	155
5.2 Citação nos Conflitos Plurissubjetivos e as dificuldades práticas para atingimento de seus escopos	164
5.2.1 Citação e seu significado para o direito de defesa	164
5.2.2 Citação de múltiplos réus nos conflitos fundiários	170
5.2.2.1. Primeiro Ato: a tentativa de citação pessoal	170
5.2.2.2. Segundo Ato: Citação por Edital	174
5.2.3. Princípio da Publicidade e a sua incidência sobre o ato de citação	180
5.2.4 O Papel do Curador Especial	183
5.3 A coletividade em situação jurídica passiva nos conflitos fundiários: reflexão sobre mecanismos eficientes para a garantia do devido processo legal	187
5.3.1. Estrutura plurissubjetiva do conflito e a insuficiência dos institutos tradicionais.....	187
5.3.2 Seleção de Casos Plurissubjetivos no Polo Passivo: fenômenos sociológicos desafiando a ciência processual	198
5.3.2.1 Análise Processual dos “Rolezinhos” e das Ocupações nas Escolas no Estado de São Paulo.....	210
5.3.2.2 Ações Plurissubjetivas e Direito de Defesa nos Conflitos Fundiários: propostas para um desenho procedimental mais garantista	214

Capítulo 6 – Vigas para a Construção de um Modelo Processual para uma Defesa Coletiva	231
6.1 Defendant Class Actions: ações coletivas passivas norte-americanas e as lições de Direito Comparado.....	231
6.1.1. Aspectos introdutórios de Direito Comparado	231
6.1.2. Defendant Class Actions nos EUA: fundamentos teóricos e práticos para a compreensão do modelo paradigma	234
6.2 Estágio atual do debate sobre as Ações Coletivas Passivas no Brasil	256
6.3 Defendant Class Actions e as Ações Coletivas Passivas no Brasil: identificação de parâmetros para a construção de alternativas	268
6.4 Linhas Conclusivas sobre os Institutos que perfazem as Ações Coletivas Passivas	279
Capítulo 7 – Institutos Representativos nos Conflitos Fundiários Plurisubjetivos Passivos	287
7.1 Institutos representativos no sistema processual.....	287
7.2 Novo CPC e a previsão de intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública nos litígios coletivos de posse: a controvérsia doutrinária acerca da natureza jurídica	294
7.2.1 Reflexões sobre as figuras processuais interventivas propostas	307
7.3 Associações e Movimentos Sociais por Moradia: seu papel representativo e organizacional das comunidades no processo	318
7.4 Legitimação de Agir e Representatividade Adequada à luz dos Litígios Coletivos de Posse	323
Capítulo 8 – Litígios Fundiários e Coletividade no Polo Passivo: Proposta de um Modelo para o seu Correto Dimensionamento	343
Conclusão.....	379
Referências Bibliográficas	383